

# O RACISMO ESTRUTURAL E A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO RACIAL

## THE STRUCTURAL RACISM AND THE IMPORTANCE OF RACIAL LITERACY

Luciana Reis Hidalgo<sup>1</sup>  
Erika Karina Rodrigues Rezende<sup>2</sup>  
Simone Rezende Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

Passados 136 anos do fim oficial do regime escravocrata no Brasil ainda nos deparamos com um racismo enraizado em nossa sociedade, camuflado por cordialidade e por uma suposta democracia racial. Porém, notícias de racismo, discriminação e falta de empatia podem ser vistos frequentemente na mídia. E mesmo a Lei 10.639/2003 que determina o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, tem sido implementada de forma morosa e pouco abrangente, pois o currículo negligencia o letramento racial na educação básica brasileira. Desta forma, o presente trabalho parte dessas inquietações vivenciadas em sala de aula ao longo da trajetória das pesquisadoras e propõe algumas reflexões acerca da necessidade do letramento racial. O trabalho assenta-se sobre levantamento bibliográficos e vivências de sala de aula. Visa, assim, contribuir para a reflexão e prática de professores proporcionando-lhes algumas possibilidades de desenvolvimento do letramento racial e desconstrução de formas de pensar e agir que foram naturalizadas ao longo do tempo, em relação às cores das pessoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo. Educação Básica. Letramento Racial.

### ABSTRACT

136 years after the official end of the slave regime in Brazil, we are still faced with deep-rooted racism in our society, camouflaged by cordiality and a supposed racial democracy. However, news of racism, discrimination and lack of empathy can often be seen in the media. And even Law 10.639, which determines the teaching of Afro-Brazilian history and culture in schools, has been implemented in a slow and negligent manner, as the curriculum neglects racial literacy in Brazilian basic education. In this way, the present article starts from these concerns experienced in the classroom throughout the researchers' trajectory and proposes some reflections on the need for racial literacy. The paper is based on bibliographical research and classroom experiences. It thus aims to contribute to the reflection and practice of teachers, providing them with some possibilities for developing racial literacy and deconstructing ways of thinking and acting that have been naturalized over time, in relation to people's colors.

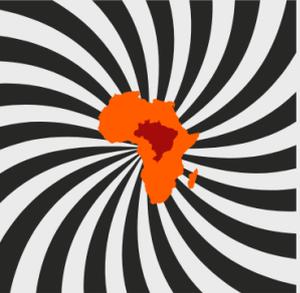
**KEYWORDS:** Racism. Basic Education. Racial Literacy.

---

<sup>1</sup> Discente no Programa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Don Domênico (Unidon). E-mail: luprof.reis@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente no Programa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes). Graduada em Normal Superior pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (Unipac) e em História pela Universidade de Santo Amaro (Unisa). E-mail: erikakarinarrezende@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora na Universidade Metropolitana de Santos (Unimes). Pós-doutorado e Doutora em Geografia Física, Mestra em Geografia Humana e Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: simone.silva@unimes.br.

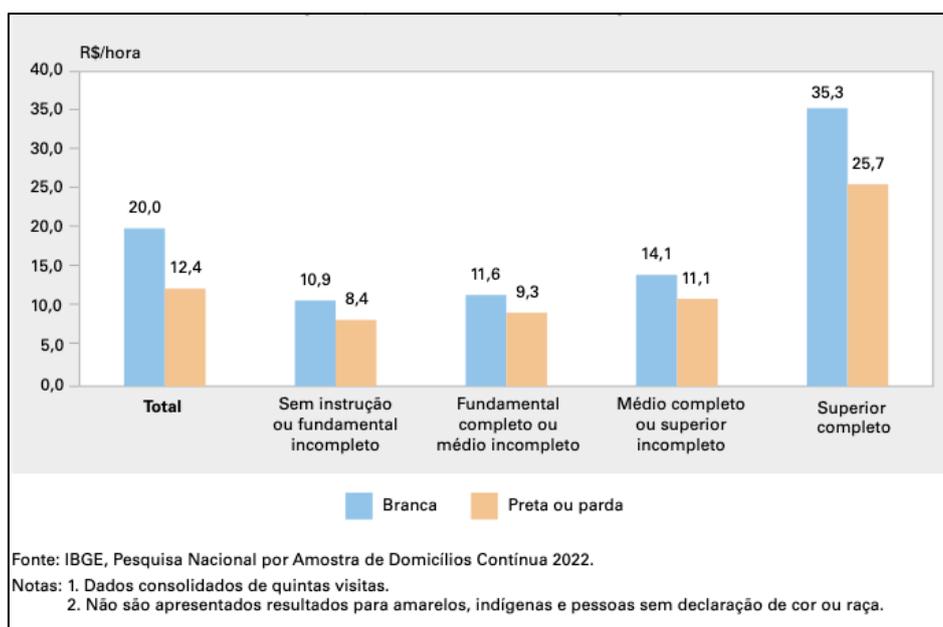


## 1 INTRODUÇÃO

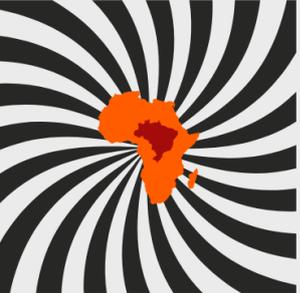
O racismo é um processo histórico, político e cultural em que privilégios de pessoas racializadas é estruturalmente reproduzido causando o crescimento das desigualdades sociais, injustiças, preconceitos, segregação e violência racial. O prolongamento ao longo do tempo deste racismo agrava as desigualdades levando a uma sobreposição classe/cor. Neste sentido, é imprescindível entender este processo discriminatório no presente, mas sobretudo suas origens em nosso passado colonial.

Em 2023 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) e os resultados comprovam essa sobreposição. Segundo a SIS, os trabalhadores brancos ganham 61,4% a mais dos trabalhadores pardos e negros, mesmo estes sendo 54,2% dos trabalhadores. Na figura abaixo é possível identificar como a remuneração de pretos e pardos é menor em qualquer faixa de nível de instrução. Fica evidente, portanto, como o racismo se manifesta nas estruturas sociais e como se perpetua ao longo do tempo.

**Figura 1.** Rendimento-hora médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, por cor ou raça, segundo o nível de instrução – Brasil – 2022

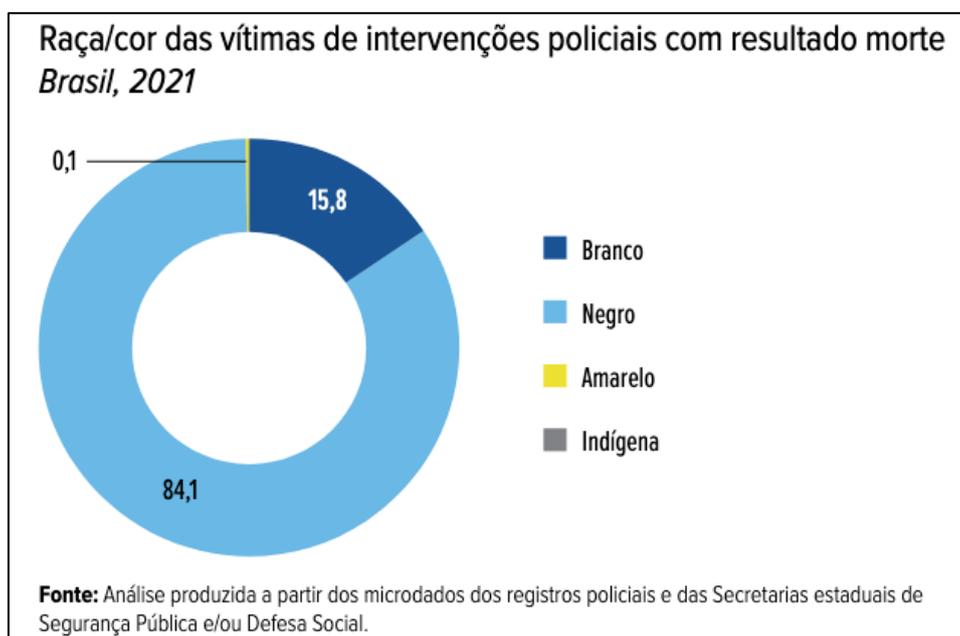


**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023.



O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN), divulgado em 2022, apontou que uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas autodeclaradas pardas e pretas no Brasil sofre com a fome (20,6%) – o dobro em comparação aos lares chefiados por pessoas brancas (10,6%). Outro dado chocante e que corrobora com tese da existência de um racismo estrutural no país é que 84,1%, conforme figura 2, dos mortos em intervenções policiais em 2021 eram negros.

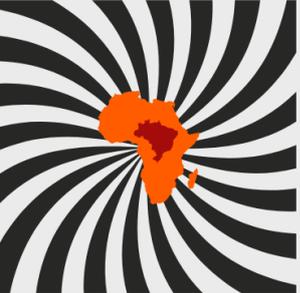
**Figura 2.** Raça/cor das vítimas de intervenções policiais com resultado morte em 2021



**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2022.

Diante desse cenário podemos perceber o quanto os povos negros vêm sofrendo as consequências de uma cultura cristalizada e difundida no mundo atual. Os problemas étnico-raciais acontecem muitas vezes de maneira sutil nas instituições públicas e privadas e estão ligados ao racismo estrutural que é naturalizado fazendo parte de nossas vidas.

A naturalização do racismo é uma forte evidência dos resquícios do mito de uma suposta democracia racial, ou seja, por trás de uma suposta cordialidade e bem viver que compôs a imagem externa do Brasil, há camadas de problemas, incompreensões e desigualdades. É como se vivêssemos e nos enxergássemos a partir de lentes coloridas que camuflam a imagem verdadeira. O que perpetua uma cultura eurocêntrica e enviesada.



Desde o Brasil colônia e a partir do regime escravocrata, há a construção de uma imagem inferior e marginal dos negros no Brasil. A cultura dos povos africanos e dos afro-brasileiros, ou seja, suas roupas, religiões, idiomas, costumes, comidas etc. foram tidas como inferiores, ou mesmo incivilizadas.

O olhar eurocentrado excluiu qualquer beleza e utilidade do que é externo a si próprio, desprezando assim contribuições significativas desses povos. Cida Bento em seu livro *O pacto da branquitude* (2022) nos fala que o racismo institucional, que reflete as práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado que está na base da sociedade.

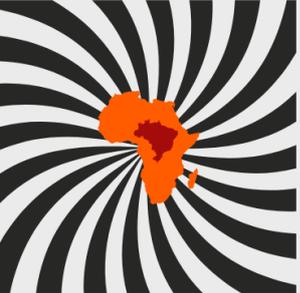
A herança escravocrata, ainda que camuflada, infelizmente nunca deixou de ser transmitida geração após geração. A contribuição negra em nossa sociedade foi invisibilizada por uma cultura eurocêntrica, na qual a cor da pele foi a principal marca de distinção social e de valor, colocando o negro ao longo de nossa história como selvagem, primitivo e até mesmo como incapaz.

A escravidão desumanizou uma parcela da população e a tornou mercadoria seguindo um projeto de poder colonial. Contudo, esse projeto se perpetua na constituição do Brasil enquanto nação. De acordo com Rezende-Silva (2008):

A escravidão é o pior de um processo de marginalização e exclusão social ao qual os negros foram submetidos desde sua chegada em terras brasileiras, mas ela não se encerra em si mesma, a escravidão engendrou um mundo bastante complexo que deixou marcas para além dela, pois a sociedade dominante continuou sendo a branca ou pelo menos a que quer ser branca, e esta impõe que a identidade negra construa-se numa representação branca (Rezende-Silva, 2008, p. 83).

Essa desumanização é tão eficiente que se enraíza entre os próprios negros que passam a buscar o embranquecimento. Pensamento este que se coaduna perfeitamente com o ideal da suposta democracia racial. Ainda segundo Rezende-Silva (2008):

Portanto, mesmo o negro liberto não era bem visto na sociedade brasileira. Os valores nela inculcidos continuarão a persegui-lo de forma a gerar preconceitos e injustiças sociais. Pois de acordo com Costa (1987) a abolição não significou inclusão, muito pelo contrário, ela significou a criação de uma massa marginal. O próprio negro que, na maioria dos casos, já não era africano, pois sofreu forte processo de aculturação, tampouco era branco, entretanto há um processo de embranquecimento que se dá segundo Munanga (1986) pela assimilação dos valores culturais do branco. Assim, muitos negros, professarão a religião deste, se vestirão, se alimentarão e acima de tudo falarão a língua dos brancos. Outra forma de embranquecimento são os casamentos ou relacionamentos, entre negros e brancos. Por parte dos negros há um desejo, às vezes, inconsciente de se embranquecer e posteriormente embranquecer seus filhos (Rezende-Silva, 2008, p. 65).



Esses estigmas contribuíram para a solidificação e estruturação do racismo que chega aos dias atuais. Nesse sentido, são fundamentais reflexões e debates acerca desta importante temática no âmbito escolar. É necessário que o professor pense sua prática e vista-se de valores democráticos e acolhedores, para que nas salas de aulas possam ser os mediadores de uma reflexão crítica e transformadora.

Ao longo das últimas décadas tivemos avanços significativos no que diz respeito ao combate ao racismo. Num passado não muito distante, a ideia de uma educação antirracista não era sequer cogitada, afinal, o racismo era tão naturalizado e camuflado no ambiente escolar que nem chegava a constituir-se como um problema a ser superado.

A escola avançou nos últimos anos muitas iniciativas pedagógicas a partir de projetos antirracistas, ações afirmativas, aumento da visibilidade negra e a Lei 10.639/2003 (obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino básico do País) tornaram a questão um pouco mais visível.

Entretanto, ainda estamos longe da resolução dos problemas étnico-raciais em nosso País. Faz-se necessário uma conscientização e formação permanente de docentes numa perspectiva interdisciplinar e verdadeiramente transversal.

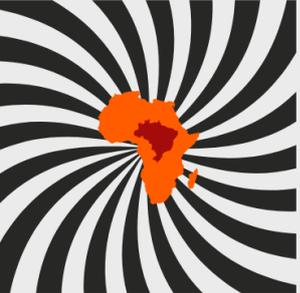
Bento, em seu livro *O pacto da branquitude*, destaca que:

O impacto da discriminação racial na vida de crianças e adolescentes negros se evidencia na evasão escolar, sempre maior para esse grupo, e também no desempenho educacional prejudicados por diferentes fatores, dentre eles a qualidade de escolas frequentada por esse grupo, a qualidade dos materiais e equipamentos disponíveis, o acesso à internet, enfim uma situação de desigualdade que ficou escancarada na pandemia do covid -19 (Bento, 2022, p. 105).

Se não admitirmos que nossa sociedade é organizada a partir de uma perspectiva eurocêntrica e orientada pela lógica do privilégio do branco, trabalharemos com uma falsa e insustentável ideia de igualdade, porque o racismo é estrutural e institucional.

## **2 LETRAMENTO RACIAL: IMPORTÂNCIA PARA ALÉM DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

Falar de letramento racial é um convite para a reflexão dos novos tempos. Mas, antes de promovermos a desconstrução de velhos conceitos em nossa sala de aula, precisamos entender o significado de letramento. Segundo Soares:



Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. Já é sabido que ler e escrever não são garantias de entendimento do que está sendo lido e como a compreensão do que está sendo lido impacta na sociedade (Soares, 2004, p. 18).

Para formar leitores críticos é de extrema importância proporcionar aos estudantes diversos tipos de gêneros textuais, situações diversificadas de contato com a leitura e promoção de debates para o exercício da democracia. Em suma, faz-se necessário implementar novas perspectivas, construir novas formas de olhar para que possamos ressignificar nossa história e nossa identidade. O letramento crítico, para Ferreira (2015), é como uma ferramenta para entender o contexto político, ideológico e social em que o aluno se insere. Segundo Ferreira:

[...] vale dizer que, para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades de raça branca e negra para refletir sobre raça e racismo e fazer um trabalho crítico no contexto escolar [...]. O conjunto de instrumentos pedagógicos de que o professor vai lançar mão para trabalhar nessa perspectiva é o letramento racial crítico (Ferreira, 2014, p. 250).

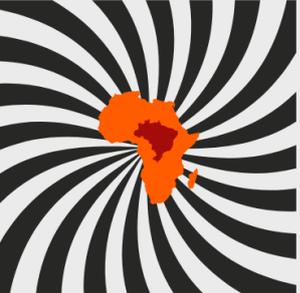
O cerne do conceito de letramento racial está na racialização das relações. Desmistificar a prerrogativa de que brancos e negros possuem lugares diferentes na sociedade. Desconstruir a ideia de que exista uma supremacia branca. Trazer à luz o debate sobre termos e atitudes raciais que, ao longo do tempo, foram normalizadas e aceitas pela sociedade.

Nesse contexto, é papel da escola proporcionar aos estudantes, família e sociedade atividades que transponham barreiras e que entendam que, ações feitas apenas no dia 20 de novembro não são suficientes e precisam ser incluídas em todas as esferas da vida escolar.

De modo geral, o letramento racial pode oportunizar vozes, não somente à todas as raças tornando a escola provedor de um ensino inclusivo que transmita valor social de igualdade. Para Stainback (1999, p. 19): “em contraste com as experiências passadas pela segregação, a inclusão reforça a prática da ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas”.

### **3 A LEI 10.639/2003 E A ADEQUAÇÃO DO CURRÍCULO**

Qual seria a melhor forma de adequar os currículos quanto à necessidade do letramento racial crítico e à educação antirracista? Esta é uma pergunta que muitos professores se fazem, pois



faltam-lhes, muitas vezes a formação, materiais e as condições necessárias para realizar atividades, para planejar suas aulas de modo a contemplar uma educação antirracista.

O apagamento das contribuições do povo negro ao que somos enquanto brasileiros foi muito eficaz. A historiografia normalizou o papel do negro enquanto mercadoria e minimizou os conflitos sociais resultantes da presença marginalizada do negro na sociedade brasileira.

Desta forma, precisamos enfrentar a ideia de que o racismo é uma questão atual, que precisa ser amplamente debatida e que o currículo escolar precisa ser modificado de modo que as perspectivas negras sejam colocadas em evidência, pois de outra maneira seguiremos perpetuando o desconhecimento acerca das contradições de nossa sociedade.

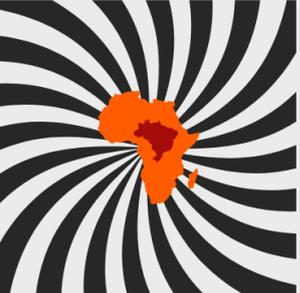
Literatura africana e afro-brasileira precisam ser incluídos nas diversas áreas de conhecimento, introduzindo assim novas perspectivas de mundo a professores e estudantes. Segundo Ferreira (2015, p. 131), a narrativa é importante, pois uma das premissas da Teoria Racial Crítica é a utilização de narrativas, de autobiografias, de contar histórias não hegemônicas.

Perceber que as identidades raciais são construídas e trabalhar com uma nova historiografia são ações fundamentais para enfrentar o racismo e o preconceito. Afinal houve um longo processo de normalização das estruturas construídas em nossa sociedade, na qual o negro sempre ocupou um lugar marginal e subordinado.

Em 2003, a Lei nº 10.639 foi assinada e aprovada pelo Congresso Nacional. Ela previa a inclusão da história e da cultura afro-brasileira no currículo de todas as escolas públicas e privadas do Brasil. Essa Lei tem o objetivo de valorizar o passado e o presente da história negra mostrando sua força e seu protagonismo, fator esse que corrobora para o fim da discriminação racial tornando a sociedade mais democrática. A lei tem implicação em todo currículo, principalmente no ensino de Geografia, História, Literatura e Artes.

Embora a Lei represente um grande avanço, afinal, antes disso o âmbito escolar esteve fora do alcance de qualquer política pública de valorização da cultura afro-brasileira, não é possível deixar de notar que as práticas docentes e o ambiente escolar precisam avançar em suas práticas e atitudes e ampliar sua atuação para que a lei de fato saia do papel.

Mais de vinte anos após a assinatura da lei 10.639 o racismo continua presente na sociedade e nas escolas. Grande parte desta morosidade está intrinsecamente relacionada com o racismo estrutural no qual vivemos, pois, a implementação da lei exige uma política pública com alocação de recursos, o que de fato não ocorreu. A falta de determinação da implementação da lei como



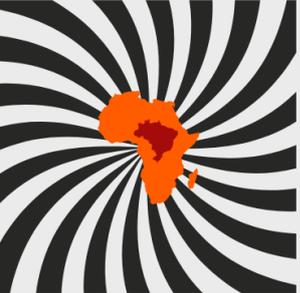
uma prioridade a deixa em segundo plano e acaba por tornar-se apenas uma ação pontual nas comemorações do dia da Consciência negra em 20 de novembro.

A questão da política pública é crucial, afinal ela coloca em foco o que deve ser realmente mudado e revisto na sociedade. Contudo, essa determinação passa por instituições e órgãos “embranquecidos” historicamente, ou seja, as pessoas nos postos de decisão nestas instituições não veem a questão racial no Brasil como um problema a ser superado. Neste sentido, se a lei 10.639 “não é importante” seu cumprimento tampouco é fiscalizado.

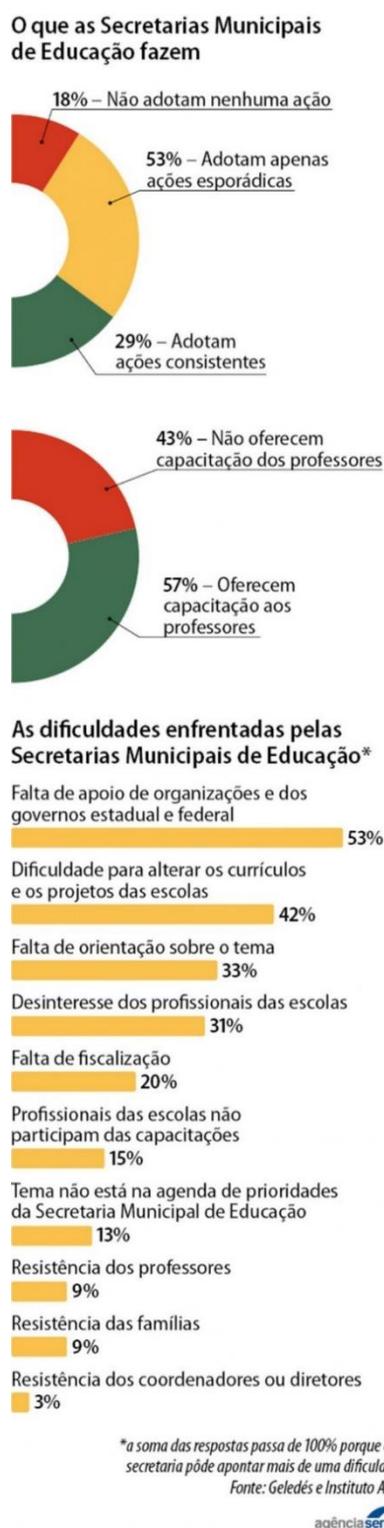
De acordo com o gráfico (figura 3), os dados de 2022 mostram que pouquíssimo foi feito. De acordo com as informações da figura a seguir as prefeituras apontam a falta de recursos como o principal problema e a este se relacionam os outros como falta de interesse da comunidade escolar. Trata-se de um ciclo vicioso que precisa ser rompido, pois se a comunidade escolar não tem interesse é por desconhecer a importância da temática e como esta se engendra no tecido social.

O racismo estrutural ainda existe e precisa ser combatido e o ambiente escolar é um ambiente privilegiado para a superação de estereótipos acerca da população negra. É por meio da escola que podemos modificar o currículo e melhorarmos a nossa sociedade. Com a educação podemos contribuir com a superação da ideia de que negros podem receber uma remuneração menor, que dificilmente possam chegar a algum cargo público, que não podem ter a profissão que desejam, entre outras ideias erroneamente enraizadas e, muitas vezes naturalizadas.

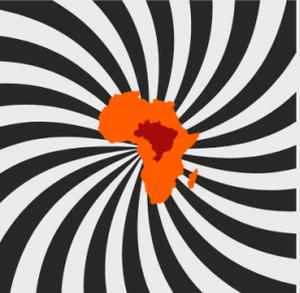
A desconstrução desses estereótipos leva a uma reinvenção de identidades. Historicamente a identidade negra foi construída sobre elementos negativos e subalternos que limitam horizontes. Nesse sentido, faz-se necessário e urgente a valorização das características e contribuições do povo negro para a constituição dos brasileiros.



**Figura 3.** O que as secretarias municipais de educação fazem em relação à implementação da lei 10.639



Fonte: Ricardo Westin, Agência Senado, 2023



A criança negra talvez seja a vítima mais cruel desse processo, pois enxerga limites, impostos pela sociedade de forma direta e indireta, aos seus sonhos. A criança que não sonha não constrói possibilidades de futuro. De acordo com Lima (2001):

A diferença para uma criança não-negra está no número de opções em que ela se vê para elaborar sua identidade. Em todo o leque dessa oferta, podemos encontrá-las nas mais diferentes formas, papéis e jeitos, o que compensa uma ou outra desqualificação. O mesmo não acontece para a criança negra, que encontra imagens poucas dignas para se reconhecer [...] (Lima, 2001, p. 103).

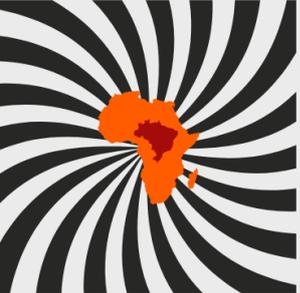
Para que a escola como um todo pratique a ressignificação de identidades, para que assuma seu papel na condução das transformações da sociedade é necessário reconhecer o racismo como estrutural em nossa história e entender a construção de uma historiografia enviesada que determinou papéis sociais segundo cores de pele.

Esse entendimento deve ser alcançado por meio de uma formação melhorada dos novos docentes em seus cursos de licenciatura, que devem incluir em seus currículos disciplinas que tratem das temáticas afro-brasileiras e também pela formação continuada ao longo da carreira docente.

Capacitar os professores é uma forma de melhorar as práticas de ensino levando-os a entender que o trabalho com a cultura negra não deve ser feito apenas em datas específicas e sim uma forma cotidiana. Contudo, a própria formação continuada deve ser levada a sério. O docente deve ter a formação ao seu alcance, bem como tempo para frequentá-la e para estudar esta e outras temáticas propostas nas formações.

É necessário, portanto, atuar em diversas frentes. Da formação melhorada dos licenciados a sua atualização constante. Romper com ideais eurocêntricos que destinou lugares sociais distintos segundo a cor da pele é urgente. O próprio Ministério da Educação reconhece as fragilidades históricas na formação docente:

A maioria dos (as) profissionais que atuam ou atuaram nas IES, especialmente em licenciaturas e cursos de pedagogia, obteve sua formação em meio a este contexto histórico e ideológico do qual decorre a forma excludente de se viver e pensar a sociedade brasileira, e que desconsiderou tanto os conflitos étnico raciais quanto as contribuições do grupo social em questões (assim como de outros, a exemplo do indígena). A escola que formou os/as profissionais da educação que atuam hoje se baseou numa perspectiva curricular eurocêntrica, excludente e, por vezes preconceituosas (Brasil, 2006, p. 125).



Desta forma, uma abordagem decolonial na formação de futuros docentes parece ser um dos caminhos possíveis para a construção de uma educação crítica e voltada para diversidade. A formação docente, portanto, deve contemplar elementos dos chamados temas transversais e por serem interdisciplinares devem estar presentes em todas as licenciaturas.

#### **4 PRÁTICAS QUE ESTIMULAM O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO**

É de suma importância que os materiais e artefatos culturais disponíveis no ambiente da sala de aula reafirmem a identidade étnico-racial para que estes estudantes possam ter o sentimento de pertencimento, tais como histórias de culturas afro, bonecas negras e indígenas, livros de autores negros e com personagens negros. Lápis para colorir com todos os tons de pele entre outros.

Sabendo que não apenas materiais são necessários, mas também atitudes, apresentamos aqui uma sequência didática que estimula o sentimento de pertencimento e trabalha de forma coesa o letramento racial.

Primeiramente apresentamos para as crianças leituras que fortaleçam esse sentimento. Sugerimos a leitura do livro - O lápis cor de pele, de Ruth Rocha. Essa leitura pode ser realizada por meio do livro físico ou utilizando meios digitais como lousa interativa, arquivo em powerpoint ou vídeo em plataformas digitais.

O debate após a leitura é riquíssimo para entendermos os sentimentos das crianças ao tratarem desse assunto. Trazer para a sala diferentes marcas de lápis de cor que já se adaptaram à diversidade étnico racial brasileira e trabalhar esse tema com as crianças propondo que elas procurem seu tom de pele nas cores dos lápis.

Em uma segunda aula, sugerimos a leitura do livro - Que cor é a minha?, de Martha Rodrigues. Após o debate coletivo, as crianças podem confeccionar o autorretrato utilizando-se dos materiais coletivos levados pelo(a) professor(a) na aula anterior. Mais uma vez, a diversidade deve ser enfatizada e trabalhada com as crianças fortalecendo o sentimento de pertencimento étnico-racial.

Em uma terceira aula, as crianças podem fazer uma cruzadinha utilizando palavras que retratem o respeito, diversidade e cultura. Propomos também que sejam apresentadas nesse momento músicas de cultura afro-brasileira. Essa aula pode e deve também ser estendida aos familiares que poderão responder a lição de casa. Entrevistas para coletar informações da origem



dos familiares podem ser enviadas para dar rumo à quarta atividade proposta: a confecção de uma árvore genealógica destacando diferentes gerações que incluam também a cor de pele de cada família. Essa atividade deve gerar debate entre as crianças para que as mesmas possam identificar semelhanças entre os pares.

Em nossa última aula da sequência didática propomos mostrar para as crianças celebridades, jornalistas, autores, atletas entre outras personalidades negras que se destacam. Levar mais uma vez a criança ao centro do debate e criar paddle, powerpoint ou outro recurso digital em que os alunos construam palavras e textos que ressaltam a importância da diversidade.

Ao propormos estas atividades para o primeiro ano do ensino fundamental estamos desde o início da alfabetização fazendo com que estes possam valorizar a diversidade, reconhecer as diferenças e respeitar, se identificarem e serem adultos mais conscientes em uma sociedade mais justa e igualitária, sem, contudo, pensar nessas práticas apenas no dia da consciência negra.

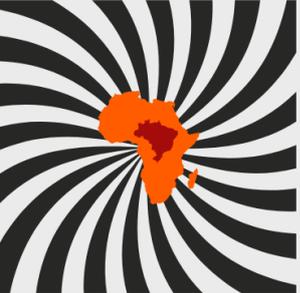
## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Infelizmente os problemas étnico-raciais no Brasil ainda são constantes e cotidianos. Contudo, eles são minimizados ou até mesmo inviabilizados. Ou seja, há uma falsa cordialidade que camufla as relações sociais tensas e conflituosas que vêm se perpetuando sem que haja um rompimento com tal situação.

A necessária transformação da sociedade brasileira é um projeto de longo prazo que ainda está por começar. Cabe à educação uma parcela significativa de responsabilidade neste processo, cujo principal objetivo deve ser formar cidadãos críticos. No âmbito escolar, precisamos, enquanto educadores, assumir um papel reflexivo e crítico quanto a diversidade cultural no currículo escolar traçando um viés histórico levando às crianças ao sentimento de pertencimento.

O letramento racial enquanto compreensão do contexto social, histórico e cultural das questões raciais nas distintas sociedades é imprescindível para a superação de estereótipos criados acerca da subalternidade do povo negro. Este letramento deve se iniciar ainda na primeira infância. O convívio com as diferenças deve ser desmistificado e não apenas tolerado. O discurso da tolerância não é mais uma saída possível, tolerar é uma concessão, viver e crescer com as diferenças é o que almejamos.

Letrar racialmente é almejar uma sociedade sem racismos, sem preconceitos, é dar um passo em direção à formação de sujeitos autônomos e conscientes de si e da sociedade na qual vivem. O



letramento racial é para todos, para todas as crianças sejam elas negras, brancas ou indígenas, pois educar para o respeito e para empatia com a trajetória do outro é essencial para a construção de um mundo mais justo.

Com essas atividades esperamos que nossos estudantes possam assumir papéis mais conscientes em relação ao letramento racial crítico agindo de forma diferente da maneira preconceituosa a qual a sociedade brasileira foi acostumada. É nosso dever como educadores realmente educá-los de forma crítica sobre as relações raciais para que estas produzam mudanças efetivas na sociedade visando a diminuição dos preconceitos e das desigualdades sociais. Intervenções como essa provocam, a longo prazo, melhores resultados.

## REFERÊNCIAS

BENTO. Cida, **O pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Pluralidade Cultural, Orientação Sexual**. Vol. 10. Brasília: 1997.

BRASIL. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção 1, p.1, 9 jan. 2003.

BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília, MEC/SEF, 2006.

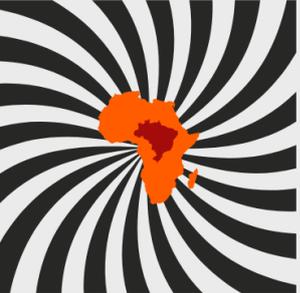
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997a 144p.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dez. 1996.

FERREIRA, A. de J. (2014). Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul-out, 2014.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 – Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021**. São Paulo/SP: FBSP, 2022.



INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LIMA, Heloísa Pires. Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto-Juvenil In: Kabengele MUNANGA, K. (org). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza.** 2008, 357p. Tese (Doutorado em Geografia Física) FFLCH/ Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SOARES, Magda. **Letramento:** Um tema em três gêneros. 2.ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WESTIN, Ricardo. **Escolas descumprem lei e ainda não oferecem educação antirracista.** Brasília/DF: Agência Senado, 17 nov. 2023.

Enviado em: 21/04/2024  
Aceito em: 09/01/2025